



Márcia Chuva

POR UMA HISTÓRIA DA NOÇÃO DE PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

(...) *Esses homens! Todos puxavam o mundo para si, para concertar o concertado. Mas cada um só vê e entende a coisa dum seu modo.*
Guimarães Rosa. *Grande sertão veredas*.

Neste artigo, proponho uma viagem prospectiva sobre a possibilidade de pensar novos paradigmas para a preservação do patrimônio cultural, que efetivamente operem com uma noção de patrimônio cultural integradora. Para isso, é preciso começar por uma trilha retrospectiva, a fim de compreender os motivos e os sentidos da divisão, nas ações atuais de preservação no Brasil, entre a materialidade e a imaterialidade do patrimônio cultural.

A noção de patrimônio cultural – categoria-chave para a orientação das políticas públicas de preservação cultural – é historicamente constituída e tem se transformado no tempo. No Brasil, as singularidades da trajetória de formação do campo de patrimônio levaram a uma configuração dicotômica dessa categoria, dividida entre material e imaterial. Não há, hoje, vozes dissonantes em torno do consenso de que se trata de uma falsa divisão, numa aparente unanimidade sobre o assunto. No entanto, na medida em que a referida divisão tem levado à reestruturação das instituições de patrimônio – que passam a se

estruturar a partir dessa distinção da natureza dos objetos, organizando-se em setores de patrimônio material e imaterial – bem como à proposição de projetos e ações que a reforçam, apresento algumas considerações sobre a história dessa divisão, para estimular o desenvolvimento e a proposição de projetos integrados e integradores da noção de patrimônio cultural.¹ Ao focar especialmente determinados aspectos que se consagraram em versões oficiais da história da preservação do patrimônio cultural no Brasil, espero levantar algumas pistas que possam nos levar a outras leituras possíveis e ao aprofundamento das pesquisas sobre o assunto.

Em 1980, a primeira versão oficial sobre a história da preservação do patrimônio cultural no Brasil foi publicada pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Nacional Pró-Memória (Sphan/PróMemória), intitulada *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Nessa obra, delineava-se uma trajetória das ações de preservação

1. Alguns poucos projetos foram desenvolvidos no Iphan, até o momento, com essa preocupação desde a publicação do decreto nº 3.551/2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Dentre eles, podemos citar o projeto *Rotas da Alforria: trajetória das populações afrodescendentes na região de Cachoeira* (Iphan, 2008), desenvolvido na Copedoc/Iphan e o projeto desenvolvido pela Superintendência Regional do Iphan em São Paulo sobre o Bairro do Bom Retiro na capital paulistana (Scifoni, 2007).

Procissão da Glória na Festa da Boa Morte, em Cachoeira (BA) evidencia o caráter indivisível do patrimônio cultural
Foto: Renata Gonçalves, 2005.
Projeto Rotas da Alforria, Copedoc/Iphan

que remontava ao século XVIII, ao referir-se às intenções do então governador de Pernambuco d. Luís Pereira Freire de Andrade² de preservar construções deixadas pelos holandeses no Recife. Esta versão oficial também introduziu uma periodização que se tornou consagrada, organizando em duas grandes fases a trajetória institucional: a fase *heroica* e a fase *moderna*.³ A partir dela, também, foi disseminada a ideia de que o anteprojeto apresentado, em 1936, por Mário de Andrade a pedido do então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, para a organização de um serviço voltado para a preservação do patrimônio, no qual propõe a criação do Span (Serviço do Patrimônio Artístico Nacional), havia sido matricial para a consolidação do texto do decreto-lei 25/1937, proposto no ano seguinte por Rodrigo Melo Franco de Andrade.

No entanto, no depoimento da museóloga Lygia Martins Costa, que atuou no Iphan a partir dos anos 50, esse papel atribuído a Mário de Andrade fica bastante relativizado:

(...) a minha geração não vê o Mário de Andrade como a geração de vocês. Quando entrei para o Patrimônio, não falávamos do Mário de Andrade como autor do projeto de criação do Sphan, pois o plano que ele fez, em 1936, a pedido do ministro Capanema, não foi realmente significativo para o Patrimônio. (...) Não se trata de um projeto do Mário de Andrade. As ideias

2. A referida publicação reproduz trecho da carta encaminhada pelo governador de Pernambuco ao então vice-rei do Estado do Brasil, d. André de Melo e Castro, conde de Galveias, datada de 5 de abril de 1742, sem indicação da localização da fonte.

3. Para uma crítica a essa periodização, reproduzida amplamente na literatura sobre o tema, bem como à referida publicação de 1980, ver Chura (2009).

*do Mário de Andrade sobre arte popular, sobre antropologia foram um elemento enriquecedor para o projeto. Mas tudo o mais veio do Dr. Rodrigo e da equipe dele (Prudente de Moraes Neto e Afonso Arinos trabalharam com ele antes da formação da equipe de arquitetos). Grande contribuição de Mário de Andrade para o patrimônio foi ter-nos trazido o Luís Saia (...)*⁴

Desse modo, a insistente recorrência à figura de Mário de Andrade como fundador das práticas de preservação cultural no Brasil pareceu estratégica: ela empresta forte carga simbólica e concede legitimidade a todos que pleiteiam parte de sua herança, apesar da distância já constituída no tempo, de mais de 50 anos da sua morte. No entanto, essa *memória histórica*⁵ tem obscurecido as tensões que historicamente caracterizaram o campo do patrimônio cultural. Sem dúvida, a versão oficial de 1980 foi produzida num certo contexto de lutas, as quais devem ser compreendidas, de modo a ultrapassar o anacronismo que, para demonstrar a pertinência da filiação com Mário de Andrade na constituição dessa trajetória, forjou uma linha de continuidade histórica, obscurecendo a complexidade e os antagonismos presentes

4. Entrevista publicada na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 31/2005. Luís Saia, formado em engenharia e arquitetura pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, integrou a equipe de Mário de Andrade no Departamento de Cultura de São Paulo, participando das viagens para realização de inventário etnográfico de manifestações culturais ao Nordeste brasileiro. Em seguida, foi indicado por Mário de Andrade para ocupar a chefia da Representação Regional do Sphan em São Paulo.

5. Na concepção aqui adotada, a “memória histórica” é uma periodização construída *a posteriori* dos fatos em análise, que leva ao ocultamento de disputas, dos diferentes projetos e das incertezas do contexto histórico analisado, sendo que a própria produção historiográfica aceita tais periodizações sem crítica (ver Vesentini, 1997).

naquele âmbito político. Embora seja inegável a influência do poeta para aquela geração de intelectuais, é necessário chamar a atenção para os danos ético-políticos causados pela adoção de uma visão “histórica” essencialmente cronológica e linear, bem como suas consequências para as formulações das políticas públicas por ela subsidiadas.

Um ano antes de sua morte, em 1944, Mário de Andrade lembrava a Rodrigo M. F. de Andrade seu orgulho de ser brasileiro.⁶ E mais, sua honra em fazer parte daqueles privilegiados sujeitos históricos que, como agentes do poder público, “inventaram” o Brasil. Minha intenção, aqui, não é realizar mais um estudo a respeito de Mário de Andrade, o que há em profusão, com enfoques e perspectivas as mais variadas. Mas, antes, colocar em evidência aspectos das políticas públicas para o campo do patrimônio cultural no Brasil a partir da construção histórica da noção de patrimônio, distanciando-se da concepção de uma linha de continuidade em que bens culturais de diferentes naturezas e tipos foram sendo agregados a essa categoria, segundo a qual praticamente tudo pode ser patrimonializado. Quero sugerir a complexidade desse processo, fortemente inserido no campo político e também acadêmico-científico, considerando que a partir dos anos 30, enquanto as ações de preservação do patrimônio eram introduzidas no âmbito das políticas públicas, concomitantemente, ia se constituindo uma série de novos campos de conhecimento, fruto de divisões e especializações e de lutas por autonomia,

com a criação das primeiras universidades brasileiras, como a Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, ou a Universidade do Distrito Federal (UDF), no Rio de Janeiro.

Nesse percurso de construção, há diferentes concepções de patrimônio em jogo, em campos de ação que se cruzam (ou não) na trajetória histórico-política dessas concepções, com a demarcação de questões e a constituição de temas tornados clássicos em cada um desses campos, até a estabilização de nichos e a consolidação de visões hegemônicas, inclusive com a separação de categorias por cada um deles. Quero dizer com isso que, embora diferentes grupos estivessem preocupados em conhecer e preservar a cultura brasileira e em construir uma identidade nacional (Vilhena, 1997; Chuva, 2009; Bomeny, 1994), as relações entre eles apontaram para tensões e disputas que, ao longo do tempo, definiriam as noções apropriadas pelas áreas de conhecimento que se estruturavam, tornando-se aparentemente nativas a tais campos. Bom exemplo são as associações correntes feitas entre patrimônio histórico e artístico e arquitetura, cultura popular e antropologia.

A HERANÇA DE MÁRIO DE ANDRADE: TRAJETÓRIAS BIFURCADAS

Figura ímpar nos campos intelectual e literário brasileiros, Mário de Andrade introduziu ideias fecundas acerca da cultura brasileira e das políticas públicas para a sua preservação, as quais se tornaram balizas que inspiraram o pensamento brasileiro em

6. Carta de 10/2/44, reproduzida em Andrade (1981:187).



Mário de Andrade tomando banho de rio na Praia do Chapéu Virado, em Belém (PA), 1927. Acervo: Arquivo Central do Iphan, seção Rio de Janeiro

certos domínios da cultura — tanto aquele que constitui o patrimônio histórico e artístico nacional com bens materiais (arquitetônicos; objetos de arte; conjuntos urbanos), quanto aquele que se interessava pelas práticas cotidianas ou extraordinárias, celebrações e ritos, manifestações de arte. Seu idealismo, sua produção intelectual e sua capacidade de execução — apesar da morte prematura, em 1945 — legaram aos brasileiros um vastíssimo território semeado por seu pensamento criativo, cheio de paixão e vivacidade, que não envelheceu com o tempo.

É sabido que, nos anos 30, Mário de Andrade encarnou o papel de agente do poder público para a promoção da cultura brasileira, lançando tanto as bases para a ação do Estado na preservação do patrimônio artístico no Brasil, quanto para o conhecimento do folclore brasileiro — que denominava também de cultura popular,

não julgando pertinente essa distinção. Suas viagens em missão ao Nordeste, seguidas da ação no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, foram as suas principais fontes de experiência para a construção de uma metodologia de conhecimento da cultura brasileira de caráter *científico*,⁷ que subsidiaria a criação, em 1947, da Comissão Nacional de Folclore,⁸ e para a formulação das suas concepções de arte, cultura e patrimônio, que fundamentariam o anteprojeto para a criação do Span.⁹

7. De acordo com Vilhena (1997), o caráter *científico* — termo adotado na época — era considerado necessário às novas pesquisas para se distinguirem dos textos literários que predominavam nos estudos folclóricos até então.

8. A Comissão Nacional de Folclore (CNF) foi criada em 1947, sendo uma das comissões temáticas do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), organizada no Ministério das Relações Exteriores (MRE) para ser representante brasileira na Unesco (Cf. Vilhena, 1997).

9. Sobre o sentido de arte pensado por Mário de Andrade como categoria mais abrangente ao propor a criação do Span, ver Chagas (2003).



Feira em Ferrão Veloso (AL), registrada por Mário de Andrade. Acervo: Arquivo Central do Iphan, seção Rio de Janeiro

Mas a diversidade de posições dos vários intelectuais que fizeram parte da administração do governo Vargas não pode ser ignorada e talvez seja possível afirmar, conforme Silvana Rubino (2002:153), que, no âmbito do patrimônio cultural, “não houve o monopólio dos modernistas. Talvez tenha sido deles, contudo, o monopólio da versão dos fatos, das publicações, da ocupação do espaço intelectual”. As diferenças presentes na gênese dessas políticas perduraram e “o que não coube no Sphan virou, décadas depois, Funarte” (Rubino, 2002:152).

Mário de Andrade apontava para uma concepção integral da cultura, na qual concebia patrimônio em todas as vertentes e naturezas, sendo que o Estado deveria estar pronto para uma atuação integradora. Embora originados da mesma matriz andradiana e no mesmo contexto político-

cultural brasileiro — de um nacionalismo não meramente retórico, mas constituído em política de Estado pelo governo Vargas — os campos do patrimônio e do folclore tiveram suas trajetórias apartadas na origem.

Ao que tudo indica, o (re)encontro desses dois caminhos vai se dar somente na atualidade, incorporados, inclusive, em termos institucionais dentro do Iphan, fruto do surpreendente gigantismo alcançado pelo campo do patrimônio cultural brasileiro.

A expansão desse campo tem abarcado um universo muito amplo de agentes sociais, de bens e práticas culturais passíveis de se tornarem patrimônio, bem como promovido uma série de consequências sociais, políticas e administrativas relativas à sua gestão, tanto relacionada aos bens de natureza material, com sua proteção, quanto aos bens de natureza imaterial, com as políticas de salvaguarda. Esse campo tem se

tornado, progressivamente, multidisciplinar, o que pode ampliar as possibilidades de diálogo em busca de novos consensos. Sob outro ângulo, essa multidisciplinaridade tem colocado em evidência também um campo de batalhas, onde diversas áreas de conhecimento encontram-se em disputa pelo predomínio no campo do patrimônio. Com vistas à reserva de mercado de trabalho ou prestígio, essas disputas podem levar até mesmo a práticas corporativas ou a um isolacionismo prejudicial à finalidade da preservação do patrimônio cultural. Nesse caso, o consenso em torno da multidisciplinaridade que caracteriza o campo – todos reconhecem que nenhuma área de conhecimento é capaz de dar conta de todos os aspectos que envolvem o trabalho com o patrimônio cultural – dificulta um olhar mais atento para as lutas de representação travadas entre diferentes setores e áreas, em busca desse domínio.

Na atualidade, a área do patrimônio engloba um conjunto significativo de questões de ordem política, de relações de poder, de campos de força e âmbitos do social. Anteriormente alheio a essa prática, hoje o patrimônio toma em consideração questões relativas à propriedade intelectual, ao meio ambiente, aos direitos culturais, aos direitos difusos, ao direito autoral, ao impacto cultural causados pelos grandes empreendimentos, além dos temas já tradicionais, como aqueles que envolvem questões de urbanismo e uso do solo, expansões urbanas sobre áreas históricas decadentes, questão habitacional em áreas históricas urbanas e, principalmente, os limites que o tombamento impõe à propriedade privada.

A noção de patrimônio cultural tornou-se maleável e ampla, capaz de agregar valores, visões de mundo e ações políticas nem sempre harmoniosas ou coerentes entre si. Por isso, refletir sobre a herança intelectual de Mário de Andrade, partilhada hoje por grupos com diferentes visões de mundo, coloca especialmente em foco o prestígio que ele empresta para a ação política, em que suas ideias são atualizadas e apropriadas em contextos específicos e reconfiguradas em novas criações. Na maioria das introduções de artigos ou apresentações de publicações que abordam a história da constituição do campo do patrimônio imaterial no Brasil, não somente aquelas de caráter oficial, mas também trabalhos de viés mais acadêmico,¹⁰ Mário de Andrade é apresentado como mentor e fundador de um novo tempo. Inicialmente, então, gostaríamos de analisar como se deu a divisão entre esses dois campos de ação das políticas públicas: o do patrimônio e o do folclore, que estavam unidos no pensamento de Mário de Andrade.

O ÂMBITO DO PATRIMÔNIO

Para Antônio Gilberto Ramos Nogueira (2005:50), a experiência e o aprendizado

10. Isso pode ser verificado na maioria dos artigos que tratam do assunto. A reprodução dessa ideia pode ser vista em publicações recentes (Cf. Chagas e Abreu, 2003; Lima F., Eckert e Beltrão, 2007); na *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* nº 32/2006; na *Revista Tempo Brasileiro* nº 147, 2001. E também, em diversos textos oficiais, tais como os encontrados em Iphan (2003 e 2006), além da publicação disseminadora dessa ideia, tratada anteriormente (Iphan, 1980). O mesmo se repete na exposição de motivos para o encaminhamento do decreto nº 3.551/2000, já citado, como será visto adiante.

das viagens realizadas por Mário de Andrade mostram que, em sua tentativa de construção da nação, o passado seria uma matéria-prima a ser resgatada como referencial. Não um passado que não existe mais, mas justamente a existência, nesse imenso Brasil, de diferentes temporalidades, encontradas por ele em suas missões ao interior do Brasil, distante de São Paulo ou das grandes cidades; distante das elites e da sua erudição europeia e bastante próximo do popular, encontrado no próprio tecido social, a ser apreendido por meio do que vem do olhar, do escutar, do saborear, do conversar. Nicolau Sevcenko (1992) analisa de modo brilhante o surgimento do moderno como um valor positivo, durante os anos 20, e a sua progressiva vinculação com a ideia do “popular” associada àquilo que é autenticamente brasileiro. Sobre o popular, lugar da redescoberta do Brasil, foi feito imenso esforço de pesquisa e se construiu, pela primeira vez, segundo o autor, o vínculo entre distinção social, sofisticação, passado colonial e raiz popular.¹¹

No curto período de 1936 a 1938, Mário de Andrade organizou a Missão de Pesquisas Folclóricas, no Departamento de Cultura do município de São Paulo; busca etnográfica em que realizou seu maior investimento no sentido de um inventário da cultura brasileira. Mário de Andrade estruturou, a partir do poder político local, um projeto de conhecimento e construção da nação brasileira. Nesse projeto, tinha a perspectiva

de um tratamento integral da cultura cuja trilha seria traçada na experiência, na metodologia de inventário, nas técnicas de registro, na noção de arte com que trabalhava.

Com o desmonte do Departamento e o consequente afastamento de Mário de Andrade, o recém-criado órgão federal de patrimônio – o Sphan – não tomou para si aquelas funções de caráter nacional, curiosamente exercidas por um departamento municipal, ainda que Mário de Andrade tenha tentado, sem sucesso, que o Ministério da Educação e Saúde as incorporasse.¹² Na conjuntura política do Estado Novo, foi, sem dúvida, graças à forte amizade entre Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade que o primeiro conseguiu, depois de alguns anos no Rio de Janeiro, ser abrigado no Sphan como funcionário da Representação Regional do Serviço em São Paulo, sob a direção de seu amigo e discípulo nas missões de pesquisa folclórica, o arquiteto Luís Saia (Chuva, 2009).

Até aquele momento, poder-se-ia imaginar a existência de um pensamento integrado em torno de um mesmo projeto, tendo em conta a apresentação de Rodrigo Melo Franco de Andrade (1937:4) no primeiro número da *Revista do Sphan*, ao lamentar que “o presente número desde logo se ressentia de grandes falhas, versando quase todo sobre monumentos arquitetônicos, como se o patrimônio histórico e artístico nacional consistisse principalmente nesses”.

11. Para Sevcenko (1992), a peça de Afonso Arinos *O contratador de diamantes*, encenada em 1919 em São Paulo, foi matricial nesse processo. Ver também, o estudo desenvolvido por Carla Costa Dias (2005) sobre a formação da coleção regional do Museu Nacional para uma análise mais detida sobre as noções de popular, o sertanejo e o folclore em construção naquele contexto histórico.

12. Luís Rodolfo Vilhena (1997) e Antônio Gilberto Ramos Nogueira (2005) advertem que Mário de Andrade insistiu, sem sucesso, com o ministro Gustavo Capanema para que incorporasse ao Ministério da Educação e Saúde as funções até então exercidas pelo Departamento de São Paulo.

Contudo, o entendimento de patrimônio cultural de Mário de Andrade era bastante diferente, e até mesmo antagônico, do entendimento do grupo de intelectuais integrado à rede de Capanema e Rodrigo Melo Franco de Andrade e que se tornou hegemônico no Sphan. Para Mário de Andrade, a cultura brasileira deveria ser apreendida como uma totalidade coesa, ainda que constituída pela mais ampla diversidade de práticas possível. Uma unidade cultural amalgamada pela diferença, que escapava, nessa perspectiva, a qualquer tipo de regionalismo (Andrade, 1981). Assim, o folclore, as tradições populares das várias localidades brasileiras foram por ele valorizadas como partes constitutivas da própria nacionalidade. Para Mário de Andrade, a identidade nacional seria uma síntese de diferentes costumes e formas de expressão, resultado de suas preocupações acerca do folclore.¹³ Ao elaborar uma “política de preservação” em seu anteprojeto, ela enfatiza sua perspectiva etnográfica, especialmente o que chamava de “etnografia popular”: “o povo brasileiro em seus costumes e usanças e tradições folclóricas, pertencendo à própria vida imediata, ativa e intrínseca do Brasil”.¹⁴ Percebe-se, portanto, uma inflexão política e também conceitual no Sphan em relação ao projeto de Mário de Andrade naquele momento (Nogueira).

Em relação ao conjunto de práticas implementadas pelo Sphan e consagradas

13. Seu trabalho serviria de inspiração ao que posteriormente foi realizado pela Comissão Nacional do Folclore – CNF. Para o assunto ver Vilhena (1997).

14. Carta de Mário de Andrade a Rodrigo M. F. de Andrade, em 29/7/1936, publicada em Andrade (1981:61).

pelo instituto do tombamento nos seus primeiros anos de existência, pode-se afirmar que a “arte popular”, ainda que enunciada,¹⁵ não foi incorporada às práticas de proteção nem ao rol de bens culturais passíveis de se tornarem patrimônio. À frente desse processo, vimos os arquitetos a um só tempo se profissionalizarem, com autonomia em relação à formação em engenharia e belas-artes, e dominarem o campo do patrimônio como especialistas, sob a liderança intelectual do arquiteto Lucio Costa (Chuva, 2009). Essa vertente esteve assentada nas teses sobre as três raças formadoras da sociedade brasileira, graças à noção de civilização material introduzida por Afonso Arinos de Melo Franco, que percebia no branco português a maior influência, em razão da maior perenidade dos materiais utilizados nos processos construtivos, e na presença do negro africano e do índio autóctone influências de menor envergadura.¹⁶ Essa perspectiva justificava o predomínio da proteção de bens materiais, especialmente arquitetônicos, relativos ao período colonial.

15. Conforme apontado em Chuva (2009), Rodrigo M. F. de Andrade delimitou, como objetivo da linha editorial do Serviço, as questões gerais e específicas da formação e desenvolvimento das artes plásticas no Brasil, assim como os estudos sobre materiais “de nossa arqueologia, de nossa etnografia, de nossa arte popular, de nossas artes aplicadas e dos monumentos vinculados à nossa história” (Andrade, 1937). Além disso, vale lembrar que um dos quatro livros do Tombo criados pelo decreto-lei n. 25/1937, destinado às artes aplicadas, o Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, foi inaugurado com a inscrição dos objetos de magia negra apreendidos pela polícia na época (Maggie, 1992; Silva, 2002).

16. Afonso Arinos de Melo Franco, primo de Rodrigo Melo Franco de Andrade, ministrou para os funcionários do Sphan um curso de formação sobre a civilização material brasileira, que se tornou um livro intitulado *Desenvolvimento da civilização material no Brasil* (Franco, 1944). Para o assunto, ver Chuva (2009) e Teixeira (2009).



Tombamentos exemplares realizados nos anos iniciais do Iphan: a cidade de Ouro Preto como referência máxima do barroco brasileiro, tombada pelo Sphan em 1938 e a Igreja São Francisco de Assis, na Pampulha em Belo Horizonte (MG), tombada pelo Iphan em 1948, projeto de Oscar Niemeyer, como exemplar representativo da arquitetura moderna brasileira, considerada legítima herdeira da arquitetura colonial. Acervo: Arquivo Central do Iphan, seção Rio de Janeiro

O Span de Mário de Andrade não teve lugar naquele contexto, e a proposta de uma etnografia da cultura — uma metodologia de inventário e conhecimento para documentar tudo aquilo que fosse compreendido como patrimônio cultural — não irá se efetivar dentro do Sphan, mas somente em outra agência do Estado, posteriormente, tendo sido apartada do então campo do patrimônio cultural.

O ÂMBITO DO FOLCLORE

Os estudos de Mário de Andrade apontavam para registros etnográficos condizentes com a produção intelectual de sua época, que experimentava sua primeira fase de institucionalização com a criação da USP e a presença de uma série de intelectuais estrangeiros e brasileiros.¹⁷ Segundo Vilhena (1997), contudo, na medida em que as ciências sociais se institucionalizavam no Brasil, dava-se, progressivamente um afastamento da temática folclorista no campo acadêmico.

Na administração pública, o distanciamento entre as vertentes do patrimônio e do folclore tornou-se evidente com a criação da Comissão Nacional do Folclore, em 1947, no Ministério das Relações Exteriores (MRE), por um grupo de intelectuais que almejava o reconhecimento do folclore como saber científico. Eles ramificaram o movimento em comissões estaduais, promoveram congressos e viabilizaram, em 1958, a criação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (CDFB), vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), criado em 1953, por Getúlio Vargas, ao qual ficou vinculada também a Dphan (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, antigo Sphan). Segundo Vilhena (1997), a CDFB foi o momento auge dos estudos do folclore brasileiro, pelo menos até 1964,

17. Há muitos estudos sobre o assunto, que destacam o papel de Dina Lévi-Strauss, esposa de Claude Lévi-Strauss, na formação de etnólogos, dentre eles o próprio Mário de Andrade, com quem teve contato estreito (Vilhena, 1997; Peixoto, 1998, dentre outros).

quando nova inflexão vai ocorrer em função do regime militar instalado.

Manteve-se, naquele contexto, uma significativa distância entre os grupos de intelectuais envolvidos com as duas esferas de ação do MEC. No campo do folclore, nomes como Cecília Meirelles e Renato Almeida marcaram a trajetória intelectual desse campo. Como se pode verificar, não havia representantes da Dphan nas reuniões da Comissão Nacional do Folclore, nem representantes desta no Conselho Consultivo da Dphan.

Ao estudar as redes de folcloristas conectados à Comissão, Vilhena (1997) afirma que a formação da nação era um problema fundamental também daqueles intelectuais que apostaram em um modelo de institucionalização vinculado estreitamente ao Estado e elegeram temas de investigação presentes, sob outro ângulo, nos trabalhos de sociologia e nos estudos de comunidades. Com estratégias de poder semelhantes àquelas adotadas pela Dphan, Renato Almeida preocupava-se em envolver colaboradores locais numa rede de solidariedade em torno da “causa”.

Sob a égide dos relatos de fundação do Brasil a partir dos três grupos formadores

(o branco português, o negro, o índio), buscava-se um objeto que sintetizasse essas três matrizes. Ao mesmo tempo em que empreendiam estudos do folclore, cujos temas privilegiados variaram da poesia popular para a música, para os folguedos, empreendiam ações para a disseminação do folclore nas escolas.

Essa rede de intelectuais, que concebeu um projeto e assumiu uma missão voltada para a descoberta da originalidade da cultura mestiça, preocupava-se também com o destino das “tradições nascentes”, em função do desenvolvimento econômico descontrolado em um país subdesenvolvido.

Como veremos a seguir, nos anos 70, novas divisões em relação à concepção integradora de Mário de Andrade acerca de patrimônio e cultura foram colocadas em jogo, em função de uma série de fenômenos históricos que se relacionam não tanto com a constituição do campo das ciências sociais, mas principalmente com as tomadas de posição dos agentes do poder institucionalizado naquele momento, inclusive em função das viradas políticas sofridas no Brasil, com o golpe militar em 1964.



Vista da cidade de Olinda (PE), incluída na Lista de Patrimônio Mundial da Unesco em 1982. Foto: Pedro Lobo, 1981. Acervo: Arquivo Central do Iphan, seção Rio de Janeiro



POLÍTICA CULTURAL GLOBAL

Em termos internacionais, a inserção do campo do patrimônio cultural em escala global, que vinha se constituindo desde o final da 2ª Guerra Mundial, alcançou seu ápice com a aprovação final da Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, de 1972, que vinha sendo desenhada desde a década anterior (Leal, 2008), na Assembléia Geral da Unesco.

Para Eric Hobsbawm (1993), as décadas de 1970 e 1980, por ele denominados de “as décadas de crise” do capitalismo, marcaram um novo tipo de concorrência em termos globais. Associado a outros fatores estruturais, o advento da tecnologia promoveu um severo enfraquecimento dos Estados e a expansão fantástica do poder transnacional do capital a ignorar as fronteiras nacionais. Novos valores e clivagens foram sendo constituídos a partir desse contexto, e esmaeceram a ideia de nação em favor do fortalecimento de recortes identitários de outras naturezas, como por exemplo, religiosa, étnica, ideológica, de gênero etc. Novas concorrências se instalaram, portanto, e a identidade nacional foi reconfigurada, sofrendo transformações significativas. É nessa conjuntura que ocorre a ampliação da noção de patrimônio cultural, em que novos objetos, bens e práticas passam a ser incluídos ou a concorrer para se tornarem patrimônio cultural. De um modo geral, tal ampliação tem sido explicada em função da guinada antropológica no âmbito das ciências sociais, a partir da qual a cultura passou a ser observada como processo, e as relações cotidianas tornaram-se objetos de investigação.

No Brasil, os estudos de Sérgio Miceli sobre política cultural são ainda importante ponto de partida para se compreender aquele que teria

sido o “primeiro plano oficial abrangente em condições de nortear a presença governamental na área da cultura, a chamada Política Nacional de Cultura” (Miceli, 1984:57), de 1975, durante a gestão de Ney Braga no Ministério da Educação e Cultura, que inseriu o domínio da cultura entre as metas da política de desenvolvimento social do período.¹⁸ Ainda que nos tempos de Getúlio Vargas enormes investimentos tenham sido feitos no campo cultural, esse foi o primeiro documento que formalizou um conjunto de diretrizes e previu colaborações intersetoriais, envolvendo parceiros históricos em projetos culturais pontuais, como o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Justiça, além de considerar a participação dos outros níveis do poder público.

Nessa nova política, foram germinadas ideias relacionadas à diversidade e pluralidade cultural da sociedade brasileira, integrando os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), formulados na ditadura militar, especialmente, a partir do governo do general Ernesto Geisel. Na leitura de Miceli (1984), os dois órgãos do MEC que atuavam na preservação da cultura — o Iphan e a CDFB — sofreram transformações significativas nesse novo contexto. Ao analisar aquele momento da formulação de uma política nacional de cultura, que promoveu a coesão das inúmeras ações dispersas em diferentes agências do Estado, Miceli compreendeu que o campo cultural encontrava-se dividido em duas frentes: uma *executiva* e outra *patrimonial*. A frente *executiva* foi formada com a criação

18. A respeito da Política Nacional de Cultura, ver artigo de Lúcia Lippi de Oliveira (2007); sobre o Conselho Federal de Cultura, de 1971 a 1974, ver artigo de Lia Calabre (2006); sobre a política cultural da Funarte, ver artigo de Isaura Botelho (2000).



Forte Coimbra à margem direita do rio Paraguai, na cidade de Corumbá (MS). Tombamento realizado pelo Iphan na década de 1970. Foto: Edgar Jacintho, 1975. Acervo: Arquivo Central do Iphan, seção Rio de Janeiro

da Fundação Nacional de Arte (Funarte), em 1975.¹⁹ Nela foram incorporados os projetos relacionados ao folclore e à cultura popular, por meio da criação do Instituto Nacional do Folclore (INF),²⁰ substituindo a CDFB.

A frente *patrimonial* era monopolizada pelo Iphan, cuja ação voltava-se, principalmente, para a restauração de bens arquitetônicos, que consumia a maior parte dos recursos institucionais, ainda que novas perspectivas tenham sido abertas ao longo dos anos 70, na gestão de Renato Soeiro.²¹

19. Funarte — criada pela lei nº 6.312, de 16 de dezembro de 1975, com a atribuição de formular, coordenar e executar programas no âmbito da produção cultural, tendo, sob sua responsabilidade, o Instituto Nacional de Artes Plásticas; o Instituto Nacional de Música e, a partir de 1978, o Instituto Nacional de Folclore.

20. O Centro Nacional de Cultura Popular, vinculado ao Iphan na atualidade, é o herdeiro dessas instituições. Para compreensão das transformações sofridas pela instituição ao longo do tempo ver Iphan (2006).

21. Sobre a gestão de Renato Soeiro na presidência do Iphan ver Júlia Wagner Pereira (2009). Para pensar sobre as estratégias de aproximação do Iphan com a Unesco, na gestão de Renato Soeiro, ver Cláudia Leal (2008).

Uma terceira frente relacionada à valorização da cultura também foi formulada naquele contexto, fora, entretanto, do circuito de poder institucional do MEC. Essa frente se organizou com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), no Ministério da Indústria e Comércio, sob a liderança do renomado *designer* pernambucano Aloísio Magalhães.

O CNRC não trabalhava com a noção de patrimônio cultural, mas sim de bem cultural; nem com a ideia de folclore, mas de cultura popular. Em confronto com a perspectiva do folclore da CDFB, também se colocava reticente com relação à prática de preservação do patrimônio histórico e artístico conduzida pelo Iphan.

Com significativa autonomia no início de suas atividades, a experiência do CNRC trouxe os produtores — agentes da cultura — para o processo de reconhecimento e valorização da prática cultural e buscou estratégias para a sua

salvaguarda, aproximando a cultura do viés do desenvolvimento econômico e do mercado (Fonseca, 1997).

O CNRC propunha uma associação entre cultura e desenvolvimento que se coadunava aos parâmetros fornecidos pelos PNDs, que por sua vez propunham uma desconcentração da riqueza do país no Centro-Sul e uma maior assistência às regiões Norte e Nordeste, visando ao seu desenvolvimento. Segundo Miceli (1984), num momento de crise, em que corria o risco de ver os projetos do CNRC ficarem sem continuidade, Aloísio Magalhães conseguiu articular-se politicamente e assumir a presidência do Iphan, para onde levaria os projetos e toda a equipe do CNRC.²² Transformando o risco em oportunidade de se fortalecer em termos políticos, ele ocupou estrategicamente o comando da frente patrimonial, naquele momento, mais enfraquecida, dando-lhe novo fôlego. Com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, Aloísio Magalhães promoveu ainda a incorporação de vários outros órgãos da esfera da cultura que se encontravam em condições bastante precárias naquele momento,²³ o que proporcionaria o crescimento e a requalificação significativos do setor cultural, cujos resultados se verificariam na década de 1980. Ao que tudo

indica, a chamada “fase moderna” da trajetória da preservação no Brasil, quando se operou a fusão entre Iphan e CNRC originando a Sphan/Pró-Memória, nasceu exatamente de uma brecha encontrada por Aloísio Magalhães na estrutura de poder do Estado brasileiro.

Considerando esses aspectos, tornam-se mais compreensíveis os motivos que levaram a tais escolhas, pois apesar das críticas feitas à folclorização da cultura popular, é evidente que o foco das ações do CNRC o aproximava bem mais da frente *executiva* da cultura – tendo em vista os estudos desenvolvidos pela CDFB, seguida pelo INF – do que da frente *patrimonial*. Além disso, uma série de reformulações conceituais no campo do folclore vinha se concretizando em razão das críticas oriundas do âmbito acadêmico desde a década de 1950. Dessa forma, vinha se processando uma aproximação progressiva da visão matricial de Mário de Andrade, em que não haveria distinções marcadas entre folclore e cultura popular, mas que vinha constituída, sim, pela diversidade de expressões culturais.

POR UM NOVO PARADIGMA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Esse panorama do campo cultural do final dos anos 70 ainda tem muitas lacunas a serem preenchidas.

No contexto da época, várias estratégias foram adotadas para dar sentido à reforma institucional que se promovia com a junção do CNRC ao Iphan e não àqueles que se apresentavam como herdeiros de Mário de Andrade e que formularam políticas para a cultura popular, agora ligados à Funarte.

22. Nessa reforma, o Programa das Cidades Históricas (PCH), também originário de setores econômicos e de planejamento, foi, da mesma forma, levado para o campo político da cultura, por meio de sua incorporação ao Iphan (Sant’Anna, 1995).

23. A Fundação Nacional Pró-Memória foi criada em sua gestão, como braço executivo do antigo Iphan, agora Subsecretaria do Ministério da Educação (Sphan). A Fundação incorporou uma enorme gama de instituições de cultura, como a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas-Artes, o Museu Histórico Nacional, centralizando então o processo de modernização dessas unidades nos anos 1980.

Dentre essas estratégias, foi necessário forjar um elo entre as diferentes frentes de ação do Estado que, historicamente, estiveram apartadas. O elo encontrado foi a própria figura de Mário de Andrade.

Para a consagração dessa versão que institui um “histórico” capaz de forjar uma linha de continuidade evolutiva para a noção de patrimônio cultural, foi lançada pela Sphan a publicação de 1980, citada anteriormente, com uma primeira versão oficial da trajetória da preservação do patrimônio cultural no Brasil, que tinha como ponto de chegada, naquele momento, a incorporação do CNRC ao Iphan. Com essa reestruturação, o campo do patrimônio absorveu tensões para seu interior, tornando-se a arena privilegiada de conflitos onde se confrontaram posições e visões de patrimônio diversas, por vezes antagônicas, que passaram a concorrer também por hegemonia e por recursos.

Ainda que mudanças significativas tenham sido sentidas na ação institucional nos anos 80 – como apontou Fonseca (1997) em sua análise dos processos de tombamento desse período –,²⁴ sem dúvida, com a morte prematura de Aloísio Magalhães, permaneceu inconcluso um projeto político que começou a germinar no bojo dessa ampliação do campo cultural. Projeto este que pressupunha uma visão integral da cultura, como preconizara Mário de Andrade. Assim, continuaram apartadas as frentes de ação política relacionadas à cultura popular e ao patrimônio, com seus universos próprios de questões, tensões e interesses em jogo.

24. Abordando a ação institucional sobre as cidades históricas no período em apreço, ver a dissertação de Márcia Sant'Anna (1995) sobre os conceitos de cidade monumento e cidade documento.



Casa da Dona Neni. Casarão de madeira que abrigou os primeiros imigrantes italianos que chegaram em Antônio Prado (RS), tombado pelo Iphan na década de 1980. Acervo: Arquivo Central do Iphan, seção Rio de Janeiro



Cidade de Laguna (SC), tombada pelo Iphan na década de 1980. Acervo: Arquivo Central do Iphan, seção Rio de Janeiro

Foi também nesse contexto que a perspectiva ampliada de patrimônio cultural marcou um lugar vitorioso com a Constituição Federal de 1988. Tendo acompanhado o processo de ampliação do

campo do patrimônio que se deu em todo o mundo ocidental, o texto constitucional consolidou uma noção ampla e plural da identidade brasileira, trazendo para a cena jurídico-política a noção de bens culturais de natureza imaterial.²⁵

Na década de 1990, o resultado do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial e da Comissão de assessoramento ao Grupo de Trabalho – criados pelo Ministério da Cultura²⁶ com a tarefa de elaboração de uma nova legislação que atendesse às especificidades da preservação do *patrimônio imaterial*, conforme determinava a Constituição – se concretizaria em 4 de agosto de 2000, com a assinatura do decreto nº 3.551, que instituiu o Registro de Bens Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial. Esse Programa, inicialmente vinculado ao Ministério da Cultura, foi transferido em 2003 para o Iphan, que absorveu todas as atribuições relativas ao patrimônio imaterial.²⁷

No encaminhamento ao ministro da Cultura, de 9 de setembro de 1999, a Comissão assim tratava o assunto:

25. Lê-se, no artigo 216 da Constituição Brasileira: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (...)”.

26. A Comissão foi criada pela portaria nº 37 de 4 de março de 1998, com a finalidade de estabelecimento de critérios, normas e formas de acatamento do patrimônio imaterial brasileiro, e o Grupo de Trabalho, cuja finalidade era dar assessoramento à referida Comissão, foi criado pela portaria nº 229, de 6 de julho de 1998, ambas assinadas pelo ministro da Cultura Francisco Weffort (Iphan, 2003). Sobre a composição dos dois grupos citados ver também Iphan (2003).

27. Interessante frente de pesquisa a ser desenvolvida é investigar as correlações entre o grupo responsável pelo *lobby* na Constituinte para formulação do capítulo da Cultura e o grupo que tomará a frente, a partir de 1997, das novas diretrizes previstas internacionalmente para o campo do patrimônio.

Acreditamos ser essa a melhor maneira para capitalizar o grande consenso que existe hoje em dia em torno da importância dos bens imateriais, para nosso patrimônio cultural. Um consenso que se forja na pregação da Mário de Andrade, Câmara Cascudo e Aloísio Magalhães e de tantos outros líderes e intelectuais (Iphan, 2003:72).

Por sua vez, o Grupo de Trabalho que subsidiou a elaboração do decreto, ao apresentar seu relatório final, afirmava que em função do enorme problema em se

estabelecer dispositivos de proteção para equacionar questões específicas que o uso e a comercialização desses produtos envolve (...) optou-se por iniciar um trabalho de identificação, inventário, registro e conhecimento do patrimônio imaterial de relevância nacional antes (Iphan, 2003:19).

À semelhança das proposições de Mário de Andrade e também da tradicional política de patrimônio do Estado brasileiro, manteve-se a preocupação em atribuir um valor nacional às manifestações culturais passíveis de *registro*. Nesse contexto, isso significou pensar e agir politicamente em relação à identidade cultural brasileira, cujo valor primordial destacado é sua diversidade.

O marco de 1980, portanto, é significativo para se compreender as dificuldades atuais para se construir uma noção de patrimônio cultural integral, pois embora sejam evidentes os avanços no sentido da preservação de bens culturais de natureza imaterial, a origem artificial, em termos conceituais, da unificação desses universos distintos – material e imaterial –, no momento de junção do CNRC

e Iphan, tem impedido a identificação, com maior clareza, das diferenças de postura que se apresentam ainda hoje.

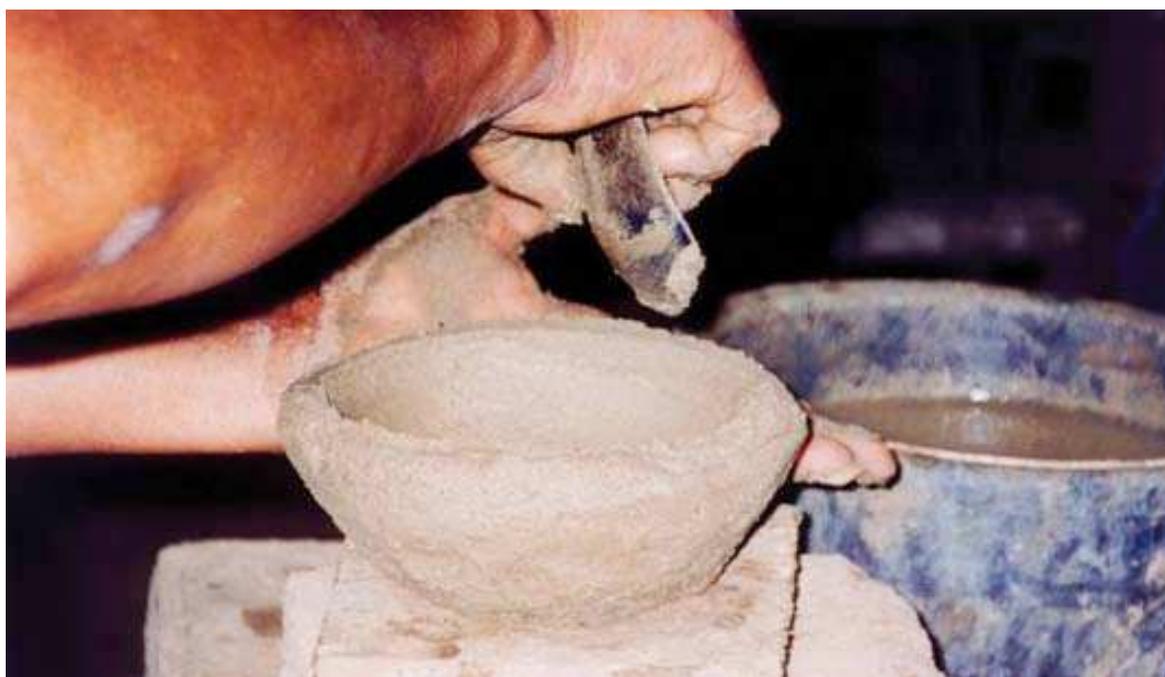
Talvez a opção pela perpetuação da *memória histórica* que estabelece uma linha de continuidade dos anos 30 até hoje, por meio da atualização do mito fundador de Mário de Andrade, venha obscurecendo os antagonismos e dificultando a percepção das diferentes apropriações da noção de patrimônio cultural presentes na atualidade, assim como a proposição de projetos que articulem efetivamente uma noção integradora do patrimônio cultural.

É preciso investigar com maior profundidade as inflexões sofridas ao longo dessa trajetória e os recortes temporais que propusemos como rupturas nesse processo, visando tirar da obscuridade aspectos até então delegados a um segundo plano pela visão hegemônica acerca dessa trajetória. Suas nuances foram obscurecidas por não se ter dado luz a momentos e fatos que buscamos

destacar aqui. O esforço em desconstruir essa memória histórica vem ao encontro da necessidade de se problematizar a noção de patrimônio cultural por meio de uma efetiva investigação da sua trajetória histórica, tendo em vista seu papel na configuração do campo e das políticas de preservação cultural.

A divisão entre patrimônio material e imaterial é, conceitualmente, enganosa, posto que qualquer intervenção na materialidade de um bem cultural provocará modificações na sua imaterialidade. Além disso, essa divisão artificial implica uma política institucional que promove uma distribuição desigual de recursos.

A unanimidade meramente retórica em torno do mito fundador de Mário de Andrade, bem como da ideia de um patrimônio cultural não divisível não tem se revelado o melhor caminho à formulação de novos paradigmas para a ação de preservação do patrimônio cultural, condizentes com as questões colocadas na agenda contemporânea. Nesse caminho, demarcamos alguns passos já dados e que



Paneleira moldando panela de barro com a cuia. Goiabeiras (ES) Primeiro Registro de Patrimônio Imaterial na categoria de saberes, realizado pelo Iphan. Foto: Márcio Vianna. Acervo: DAF/Iphan, Brasília

podem ser pistas para melhor se desenhar uma perspectiva integradora do patrimônio cultural:

1) Os valores identificados nos bens culturais, visando a sua patrimonialização, são atribuídos pelos homens e, portanto, não são permanentes, tampouco são intrínsecos aos objetos ou bens de qualquer natureza. Logo, os processos de patrimonialização de qualquer tipo de bem cultural de qualquer natureza devem colocar em destaque os sentidos e os significados atribuídos ao bem pelos grupos de identidade relacionados a ele. Contudo, os instrumentos a serem adotados para sua efetiva proteção ou salvaguarda podem variar e serem aprimorados de acordo com a natureza e o tipo do bem cultural.

2) Os sujeitos produtores de sentidos são vários, diferenciados e deveriam ser confrontados em fóruns de discussão. Nas ações de proteção e salvaguarda, os sujeitos a que nos referimos são aqueles cujas relações estabelecidas com os bens culturais os tornam constituintes e constituídos por tais bens, numa dialética construção de identidades por meio de elos comuns ao grupo. Por haver uma concorrência para a atribuição de valores por grupos que se diferenciam por interesses diversos, as políticas públicas de patrimônio precisam, portanto, explicitar quem são os sujeitos que estão sendo privilegiados, para que não se tornem políticas “lobistas”. A título de exemplo, podemos pensar nos processos de *gentrificação*,²⁸ que ocorrem,

28. O termo *gentrificação* é a versão do inglês *gentrification*, utilizado para denominar uma espécie de enobrecimento (*gentry*) de áreas históricas decadentes ou deterioradas, por meio da implementação de projetos urbanos de reforma visando a sua requalificação, nos quais as populações nativas são expulsas direta ou indiretamente, por meio de desapropriações ou por optarem pela venda do seu imóvel inserido na referida área valorizada. Para o assunto ver Zukin (2000) e Tamaso (2006).

com frequência, em sítios urbanos tombados como patrimônio cultural. A percepção da cidade apenas como patrimônio cultural material induz a um entendimento limitado dos moradores e usuários cujos modos de vida estão vinculados àquele espaço. Se esta população for expulsa do sítio tombado, cabe perguntar o que exatamente se pretendia preservar naquele amontoado de pedra e cal.

A noção de referência cultural, formulada nos anos 70, foi fundamental para a inclusão dos grupos sociais como sujeitos no processo de seleção do patrimônio cultural. Sem perdê-la de vista, outras noções, como a de paisagem cultural, têm se tornado importantes nesse processo. Originariamente lançada pela Unesco, a categoria de paisagem cultural talvez seja, hoje, um dos principais passos dados no sentido da superação da falsa dicotomia entre patrimônio material e imaterial, pela ênfase na relação entre o homem e o meio, especialmente se associada à noção de lugar, não como uma categoria de patrimônio imaterial, mas como um dos elos pertinentes para constituir um patrimônio cultural integral.²⁹

Como procurei apontar aqui, a noção de patrimônio cultural não é desinteressada. E, por isso mesmo, não se trata de descobrir uma noção verdadeira, pois ela

29. No Brasil, a categoria de paisagem cultural ainda não se constituiu em um instrumento de gestão do patrimônio cultural, não gerando consequências normativas ou legais com sua aplicação. Para refletir sobre a noção de paisagem cultural e patrimônio ver Ribeiro (2007). Vale a pena um maior investimento no sentido de se incluir a noção de diversidade cultural dentre as categorias que podem operacionalizar uma noção de patrimônio cultural integral, desde que pensada de modo ampliado e não somente relacionada às práticas recorrentemente classificadas como chamado patrimônio imaterial. Sobre essa categoria, ver Oliveira (2004).

não é única. Trata-se de explicitar a noção em uso e as divisões que ela provoca, considerando as lutas de representação que remetem a diferentes apropriações dessa mesma noção. O objetivo, com isso, é dar transparência às políticas públicas e orientar os processos de patrimonialização e salvaguarda de bens culturais em termos que os sujeitos atuantes desses processos estejam claramente identificados.

Estabelecer novos paradigmas para a preservação do patrimônio cultural, enfrentando verdadeiramente a construção de uma noção de patrimônio cultural integral, exigirá que as pistas aqui apontadas, por vezes provocadoras, sejam consideradas e problematizadas, estimulando investigações de maior fôlego sobre a política cultural brasileira e o superlativo dimensionamento do campo do patrimônio cultural nos dias de hoje, tornado lugar estratégico das políticas de Estado. A perspectiva histórica é um dos caminhos para esse exercício.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina & CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- AGUIAR, Leila B. *Turismo e preservação nos sítios urbanos brasileiros: o caso de Ouro Preto*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2006.
- ANDRADE, Mário. *Mário de Andrade: Cartas de trabalho – correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade (1936-1945)*. Brasília: Sphan/PróMemória, 1981. (Série Publicações da Sphan, n° 33).
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Prefácio. Em FREYRE, Gilberto. *Mocambos do Nordeste*, 1937. (Série Publicações do SPHAN, n° 1).
- _____. Programa. *Revista do SPHAN*, n° 1, 1937.
- ARANTES, Antônio A. Patrimônio imaterial e referências culturais. *Revista Tempo Brasileiro*. n° 147. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.
- BOMENY, Helena Bousquet. *Guardiães da razão. Modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: UFRJ-Tempo Brasileiro, 1994.
- BOTELHO, Isaura. *Romance de formação: Funarte e política cultural, 1976-1990*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2000.
- CALABRE, Lia. *O Conselho Federal de Cultura*. Brasília: MinC, 2006.
- CHAGAS, Mário. O pai de Macunaíma e o patrimônio espiritual. Em CHAGAS, Mário e ABREU, Regina (orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- CHUIVA, Márcia. *Os arquitetos da memória*. Sociogenese

Mercado Ver-o-Peso em Belém (PA), tombado pelo Iphan em 1977 nos Livros Histórico, de Belas-Artes e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, e em processo de inventário para o registro como patrimônio imaterial na categoria de lugar:

1 – Cais de Venda do Pescado. Foto: E. Cavalcante, 1974. Acervo: Arquivo Central do Iphan, seção Rio de Janeiro

2 – Mercado da Carne – Balcões de Vendas. Foto: E. Cavalcante, 1974. Acervo: Arquivo Central do Iphan, seção Rio de Janeiro



- das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- DIAS, Carla Costa. *De sertaneja a folclórica: a trajetória da Coleção Regional do Museu Nacional — 1920/1950*. Tese de doutorado em artes visuais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: UFRJ-Iphan, 1997.
- FRANCO, Afonso Arinos de. *Desenvolvimento da Civilização material no Brasil, 1944*. (Série Publicações do Sphan, nº 11).
- HARTOG, François. *Régimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos. O breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- IPHAN. *Proteção e revitalização do patrimônio histórico e artístico no Brasil — uma trajetória*. Brasília: Fundação Nacional PróMemória, 1980.
- IPHAN. *Patrimônio imaterial: o registro do Patrimônio Imaterial*. Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 2ª ed., Brasília, 2003.
- IPHAN. *Os sambas, as rodas, os bumbas, os meus e os bois. A trajetória da salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Brasil*. Brasília, 2006.
- IPHAN. Programa de Especialização em Patrimônio. *Cronologia e bibliografia das práticas de preservação do patrimônio cultural*. Rio de Janeiro, 2007. (Cadernos de Estudos do PEP)
- IPHAN. Rotas da Alforria: trajetória das populações afro-descendentes na região de Cachoeira, Bahia — Relatório Preliminar. *Cadernos de Pesquisa e Documentação do Iphan*. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2008.
- LEAL, Cláudia (org.). *As missões da Unesco no Brasil: Relatório de Michel Parent*. Rio de Janeiro: Iphan, 2008.
- LIMA F., Manuel F.; ECKERT, C. & BELTRÃO, J. *Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos*. Brasília: ABA, 2007.
- MAGGIE, Yvonne. *O medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- MICELI, Sérgio. O processo de “construção institucional” na área cultural federal (anos 70). Em MICELI, Sérgio. (org.). *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.
- NOGUEIRA, Antônio Gilberto R. *Por um inventário dos sentidos: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- OLIVEIRA, Ana Gita. Diversidade cultural como categoria organizadora das políticas públicas. Em TEIXEIRA, João Gabriel et al. (orgs.). *Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização*. Brasília: Transe: Ceam, 2004.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Política Nacional de Cultura: dois momentos em análise — 1975-2005. Em GOMES, Ângela de Castro (coord.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- PEIXOTO, Fernanda. Lévi-Strauss no Brasil: a formação do etnólogo. *Mana*, 4(1):79-108. Rio de Janeiro, abril, 1998.
- PEREIRA, Júlia Wagner. *O tombamento: de instrumento a processo na construção de narrativas nacionais. Mestrado em museologia e patrimônio*. Rio de Janeiro: Unirio, 2009. *REVISTA do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Patrimônio Imaterial e Biodiversidade, nº 32. Iphan, 2006. *REVISTA Tempo Brasileiro*, nº 147. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 2001.
- RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan, 2007.
- RUBINO, S. A memória de Mário. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, 30:139-154, 2002.
- SANT’ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)*. Dissertação de mestrado em arquitetura e urbanismo. Salvador: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/UFBA, 1995.
- SCIFONI, Simone (org.). *Bom Retiro: memória urbana e patrimônio cultural*. São Paulo: 9ªSR / Iphan, 2007.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- SILVA, Ivanei da. *A memória vigiada: o Museu da Polícia Civil e a construção da memória da Polícia Civil do Rio de Janeiro, 1912-1945*. Dissertação de mestrado em memória social. Rio de Janeiro: Unirio, 2002.
- TAMASO, Isabela. *A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios*. Brasília: Departamento de Antropologia da UnB, 2006. (Série Antropologia).
- TEIXEIRA, Luciano dos Santos. Civilização material, história e preservação em Afonso Arinos. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*. (Fortaleza de 12 a 17 de julho de 2009). Fortaleza: Anpuh, 2009.
- VESENTINI, Carlos Alberto. *A teia do fato. Uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e missão. O movimento folclórico brasileiro, 1947-1964*. Rio de Janeiro: Funarte-Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. Em ARANTES, Antônio Augusto (org.). *O espaço da diferença*. São Paulo: Papirus, 2000.